

# Deputado calcula preço da Constituinte em dólares

Brasília — A campanha para eleição à Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, pode ser a mais cara da história do Brasil para os candidatos. E, por isso, generaliza-se no Congresso o temor — ou, em alguns casos, a esperança — de que o poder econômico distorça a representação popular na Constituinte.

— Só dá para fazer o cálculo em dólares — afirma o Deputado Amaral Neto (PDS-RJ). “Um desconhecido, para ser constituinte, vai gastar pelo menos 1 milhão de dólares”, avalia.

José Carlos Teixeira (PDS-ES) discorda do cálculo: — Só 5 bilhões de cruzeiros? Isso é preço para quem já tem base eleitoral. E, se não dá para falar em cruzeiros, por causa da inflação, coloque as cifras em ORTN. Eu sou nacionalista.

A preocupação nacionalista está também no discurso do Deputado José Eudes (dissidente do PT-RJ), que vê ameaças tanto nos cruzeiros quanto nos dólares.

— As grandes empreiteiras e, pior, as corporações multinacionais, vão investir pesadamente para elegerem seus próprios constituintes. A alta burguesia havia abandonado o Congresso, um poder menor, porque estava representada pelos militares diretamente no Executivo autoritário que podia tudo. Para voltar ao Congresso, o empresariado vai criar um novo IBAD — alerta Eudes.

## Direita organizada

Nos idos do Governo João Goulart, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática — IBAD — foi denunciado como centro de coordenação do capital para o financiamento de candidatos e, também, de conspiradores contra a ordem democrática. Amaral Neto, apontado na época como um de seus beneficiários, não nega que a prática está de volta.

— A toda ação corresponde uma reação. Com a esquerda tão mobilizada, abrindo espaços junto ao poder, é claro que a direita vai se mexer também. Sem dúvida os empresários vão comprar candidatos, ao estilo IBAD. E vão também se candidatar pessoalmente, inflacionando ainda mais a eleição para a Constituinte.

— Há mesmo uma recomendação para que eles se candidatem, como representantes de classe. Só no Espírito Santo, pelo menos cinco grandes empresários serão candidatos — confirma José Carlos Teixeira.

— No Rio, no mínimo uma dúzia — acrescenta Amaral Neto.

O líder do PDT na Câmara, Deputado Nadyr Rossetti (RS), traz a ação do futuro para o presente e afirma que “já há dois ou três Ibad atuando em São Paulo”. E adverte que seu nível de atuação “será muito maior do que nos velhos tempos”.

— O país está incomparavelmente mais politizado, porque as redes de televisão disseminaram informação e a campanha das diretas deixou o povo muito consciente de sua cidadania. Além disso, a campanha para a Constituinte será ideológica, passando longe das promessas de bica-d'água e exigindo investimentos vultosos da burguesia identificada com o regime militar — explica Rossetti.

Poucos acreditam que seja possível, por via legal, impedir ou mesmo limitar a influência do poder econômico nas eleições.

— O transporte gratuito de eleitores é proibido, mas em qualquer eleição a gente cansa de ver ônibus e caminhão alugado para despejar correligionários deste ou daquele candidato junto às seções eleitorais — lembra Amaral Neto.

— A Justiça Eleitoral não tem meios suficientes para fazer uma fiscalização eficaz — constata o Deputado Tidei de Lima (PMDB-SP). “O Alcides Franciscato (PDS-SP) gastou Cr\$ 400 milhões em Bauru para se eleger deputado, representando os donos de expressões de ônibus, e não aconteceu nada. Aliás, se acontecesse seria a primeira vez”.

O PDT, contudo, ainda tenta: vai apresentar projeto de lei

proibindo até doações aos partidos e determinando que toda a campanha seja financiada com dinheiro público.

— O dinheiro tem de sair dos cofres públicos, senão a nação pagará mais caro depois, se a Constituinte for representativa do capital, especialmente do estrangeiro — defende Nadyr Rossetti.

O líder do PDT garante que não está legislando em causa própria o que no Rio Grande do Sul se localizam as campanhas eleitorais mais baratas do país, “por características especiais do Estado, sempre muito politizado”.

Acho que com Cr\$ 100 milhões faço a minha campanha. A maior parte vai em gasolina e no papel para os cartazes, porque não preciso pagar pelo apoio dos diretórios municipais — diz Rossetti.

E há os diretórios que vendem apoio, segundo José Carlos Teixeira.

— Digamos que há líderes municipais que vendem, em proveito próprio, o apoio dos diretórios — atesta Rossetti, contando que em 1982 foi procurado para este fim por políticos de Bento Gonçalves, na serra gaúcha, que por dinheiro deixariam de apoiar o candidato da cidade, Lidovino Fanton.

“Depois, Fanton suicidou-se, eu herdei de graça o apoio do diretório e aqueles políticos foram se vender a um outro candidato”, lembra Rossetti.

Amaral Neto esclarece que, ao falar em 1 milhão de dólares, estava se referindo a “uma campanha honesta”.

— Se vamos falar em compra de votos, aí não tem limite o preço da campanha para a Constituinte.

O preço do mandato depende, portanto, da região e do tipo da campanha. O pedesista Amaral Neto dá dois exemplos fluminenses:

— O Simão Sessin (PFL) tem curral eleitoral em Nilópolis e não precisa gastar muito com a campanha para se reeleger deputado. Em compensação, gasta um fortuna por mês, durante todo o mandato, para manter o curral eleitoral, distribuindo dinheiro e favores na cidade. Já o Rubem Medina (PFL) usa outro método: na hora da campanha, ele abafa um município com muito dinheiro. Concentra 30 carros em Niterói, por exemplo, e não deixa espaço para mais ninguém. É essa campanha que custa 1 milhão de dólares.

Nem o Proálcool abate essa enorme fatura, pois candidato prevenido só faz campanha com gasolina: com os postos fechados, um tanque de gasolina dá para rodar o domingo todo, enquanto um tanque de álcool só dá para trabalhar até o meio-dia.

José Carlos Teixeira diz que um candidato como ele; que tem votação em todos os 57 municípios do Espírito Santo, precisa de pelo menos 30 carros (sempre de segunda mão, de preferência arrendados) para fazer sua campanha.

— Gastando um tanque por dia, durante quatro meses, só aí vão Cr\$ 800 milhões, a preços de hoje. Mais Cr\$ 80 milhões para pagar salário-mínimo a um motorista e um ajudante por carro. Mais Cr\$ 150 milhões para equipar os carros com altofalantes, um material que a gente não guarda, porque acaba doando. Mais um custo absolutamente incalculável de papel e tipografia, que sobe toda semana. E mais os jogos de camisa para não sei quantos times de futebol, e os churrascos para verdadeiras multidões que os amigos oferecem e você é quem banca, não tem fim.

Também a ampliação da propaganda gratuita no rádio e na televisão, com o fim das restrições da Lei Falcão, não vai baratear a campanha, porque o número de candidatos é muito grande numa eleição proporcional e o que sobra de espaço para cada um representa muito pouco.

— Agora, se liberarem a propaganda paga no rádio e na televisão, aí não tem dinheiro que pague e o poder econômico vai entrar com tudo — adverte o Deputado Amaral Neto.



ALFREDO LOBO

## Valente quer legalizar ajuda

Porto Alegre — A normalização pelo Congresso Nacional das contribuições de pessoas físicas e jurídicas aos partidos e, mais tarde, a regulamentação pela Receita Federal dos estímulos fiscais e tributários aos cidadãos e empresas que contribuírem para as campanhas eleitorais é defendida pelo presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, como forma de disciplinar e incentivar a contribuição partidária.

César Valente — que na semana passada foi apontado pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) como um dos incentivadores de uma caixinha de Cr\$ 4,5 trilhões que estaria sendo organizada para eleger representantes de empresários conservadores para a Assembleia Constituinte — além de negar a denúncia, salienta que não compactuará com uma “ação nitidamente antidemocrática”.

— O que defendo, e com intransigência, é que o regime democrático — que tanto custou para ser reconquistado neste país — seja inteiramente institucionalizado pelo debate aberto e amplo de idéias e princípios, permitindo o natural confronto entre o poder econômico e o poder do trabalho — diz ele.

## Fiscalização

Ao defender a concessão de incentivos fiscais (abatimento e isenção no Imposto de Renda, por exemplo) e pleitear a regulamen-

tação em lei das contribuições, o presidente da Federasul ressalta que, com este controle, a sociedade saberia quem contribuiu com o que, para que candidatos e partidos.

Com o início da disputa visando às eleições de novembro deste ano e da Assembleia Constituinte em 1986, César Valente considera “absolutamente imprescindível” que a regulamentação venha logo e sugere que seu controle e fiscalização sejam entregues à Justiça Eleitoral.

Ele argumenta que, desta maneira, se estará propiciando “a legal e legítima utilização de recursos para que os candidatos possam dispor de auxílio para o desenvolvimento de suas campanhas, tornando aberto e público o uso de recursos nas campanhas eleitorais”.

— O uso destes recursos deve ser transparente para que a sociedade tome conhecimento, democraticamente, de que se está destinando e usando recursos para o aprimoramento democrático do país — insiste Cesar Valente.

Para o presidente da Federasul, as preocupações do presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, são inteiramente pertinentes. (Na semana passada, após tomar conhecimento de que a caixinha de Cr\$ 4,5 trilhões estaria em formação, Ulysses defendeu a inclusão na lei de artigos reprimindo o abuso do poder econômico).

## Vidigal defende apoio financeiro

São Paulo — O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, defende o apoio financeiro, por parte dos empresários, a candidatos à Constituinte de 1986, e observa: “Se eu tenho um candidato que defende minhas idéias, tenho de ajudá-lo a se eleger, dando-lhe recursos. É um investimento meu e não vai para conta de perda alguma. É o meu risco”.

Luís Eulálio Vidigal lembrou que há, na Câmara, um projeto de lei que permite a empresas participar de campanhas eleitorais dando recursos a candidatos.

— Não sei quem fez o projeto, mas aí já entra a pessoa jurídica. Está certo, a empresa também faz parte da sociedade, assim como o empresário que a dirige. Atualmente sei que apenas empresários correm o risco e nos acusam de fazer caixinha em entidades. Não sei nada disto. Na Fiesp não há caixinha alguma, nunca houve — assegurou.

Embora não comente a questão, Luís Eulálio, nas eleições de 1982, apoiou o ex-Secretário de Segurança Pública, Coronel Erasmo Dias, que pretendia reeleger-se deputado federal, e perdeu. A informação é de um empresário seu amigo e diretor da FIESP, acrescentando que nas eleições daquele ano, a pedido de um ministro, alguns empresários auxiliaram financeiramente a campanha do ex-presidente Jânio Quadros (PTB) a governador do Estado. A eleição foi ganha por Franco Montoro (PMDB).

Ontem, Luís Eulálio indagou onde estava a caixinha denunciada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e arrematou: “Se souber me avisa”.

— Não vejo mal algum em auxiliar financeiramente candidatos que entendemos representarem nossos ideais. É natural que o empresário, que não é bicho, participe da vida política do país. Nós não estamos afastados da sociedade — afirmou o presidente da FIESP.

Segundo ele, “o abuso do poder econômico sempre houve e creio que ele dificilmente será eliminado. Talvez se criem legislações que reprimam o abuso. Mas não vejo como deixar de auxiliar um político amigo meu que deseje se eleger”.

— Não sei se isso pode ser descontado no imposto de renda, nunca tentei fazer essa dedução. Sempre corri o risco. Há um projeto de lei que permitirá empresas auxiliarem na eleição de políticos. Acho que isso deveria ser aprovado, pois não vejo nada de anormal. É até natural, explicou.

O presidente da FIESP — que hoje viaja para o exterior, afim de tratar de negócios de sua empresa, a Cobrasma — assegura: — Eu não sou candidato, mas sei que alguns empresários serão e, também, que amigos meus participarão das eleições e posso apoiá-los até com auxílio financeiro — afirmou.

Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho defendeu, também a institucionalização do lobby no Brasil: “Entendo que é uma forma normal de procurar defender interesses de um setor. O lobby é essencial em um regime democrático”.

A posição de Luiz Eulálio, tem o apoio de outros empresários. O presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), Roberto Cayubi Vidigal, para quem “o dever de qualquer cidadão é lutar por suas idéias, por seus interesses. Assim, não vejo nenhum problema no fato de empresários tentarem eleger seus constituintes”.

Segundo ele, a prática de fazer campanha e apoiar candidatos que comungam com seus ideais, é comum mesmo nos países mais adiantados. Tanto que ninguém se surpreende quando um grupo de empresários ou de operários faz campanha pelos candidatos da sua preferência. “É preciso ficar claro que os são iguais”, acrescentou.

Mesmo assim, Roberto Vidigal não acredita que os empresários estejam tão unidos assim. Para ele, seria ótimo que, pelo menos uma vez, os empresários brasileiros aglutinassem suas forças em torno de um único objetivo, “porque então poderemos resolver alguns problemas até mais importantes do que esse”.

Ele discordou, também da existência de uma “caixinha” para eleger os candidatos a Assembleia Nacional Constituinte. “Não acho que seja necessário constituir um fundo para eleger quem quer que seja, muito embora isso também seja prática comum em vários países”.